



CONTRIBUTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO IMPACTE DOS FOGOS FLORESTAIS DE 2003 SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO¹

An input for the making up of forest fires impact over the patrimony either built or archaeological during the year of 2003

João Caninas, Francisco Henriques e Jorge Gouveia²



Palavras-chave: Castelo Branco, arqueologia, fogos florestais, florestação

¹ Este documento foi enviado pela Associação de Estudos do Alto Tejo à Direcção do Instituto Português de Arqueologia, em 2003. Nessa data teve boa divulgação na imprensa regional, nomeadamente no *Jornal do Fundão* (26.09.2003, p.8), na *Gazeta do Interior* (16.10.2003, p.25), na *Reconquista* (3.10.2003, p.3) e no *Concelho de Vila Velha de Ródão*. Em 2006, a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente entregou este documento ao Senhor Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no decurso de uma reunião com Organizações Não Governamentais de Ambiente, que incluiu entre outros assuntos a discussão da Estratégia Nacional para as Florestas e do Plano Nacional de Defesa das Florestas Contra Incêndios. Fez-se uma reformulação do diagnóstico e das medidas que agora se apresentam numa comunicação apresentada nas I Jornadas do Património de Belmonte, organizadas pela respectiva autarquia em 21 e 22 de Abril de 2006. Tal comunicação foi publicada nas actas das Jornadas, em 2008: João Caninas & Francisco Henriques, O Património Arqueológico e o sector Florestal, p. 285-309. A fotografia da capa documenta a passagem de um caminho rural sobre a mamoa da anta do Cabeço d'Ante (Vila Ruivas, Vila Velha de Ródão).

² Membros da Associação de Estudos do Alto Tejo.

Resumo

Na sequência da vaga de incêndios de 2003, a Associação de Estudos do Alto Tejo procurou reflectir sobre as consequências negativas daquele fenómeno, e da actividade florestal em geral, sobre o património arqueológico.

O resultado dessa reflexão, que inclui diagnósticos por municípios do sul da Beira Interior e proposta de medidas gerais, foi comunicado, originalmente, à Direcção do Instituto Português de Arqueologia (Ministério da Cultura) e mais tarde (2006) ao Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Abstract³

In the succession of forest fires taking place during 2003, the «Association for Studies on the Northern Tejo» searched out to reflect upon the negative consequences brought by fire phenomenon and forest activity in general, over the archaeological patrimony.

The result of this search was an all-purpose measure diagnose and a suggestion made by some municipalities of the southern Beira Interior. The report was first delivered to Portuguese Institute of Archaeology (Ministry of Culture) and later on, during 2006, to the Ministry of Agriculture, Rural Development and Fishing.

³ Tradução de Isabel Flecha Vasconcelos.

Introdução

A recente vaga de incêndios florestais que varreu uma vasta parcela do território continental foi a catástrofe necessária para o desencadear (pelo menos em anúncio público) de uma "revolução" na política florestal quando, afinal, as suas causas estruturais eram há muito tempo conhecidas e não houve, por outro lado, a intuição suficiente para prever a possibilidade de ocorrer um drama com esta envergadura.

As consequências humanas, sociais, económicas e ambientais dos incêndios florestais são amplamente conhecidas. E embora muitas destas áreas agora atingidas comportem uma diversidade biológica reduzida (como no caso da zona do Pinhal) e um menor interesse para a conservação da natureza, em sentido restrito, as consequências ambientais destes incêndios são gravíssimas. São elas uma maior exposição dos solos a fenómenos de erosão e desertificação, um aumento de caudais de ponta de cheias e de riscos associados a inundações, no Inverno, uma perda de capacidade de recarga dos aquíferos e, ainda, um aumento da carga de CO₂ na atmosfera associada a uma menor captura do mesmo composto e a uma também menor produção de oxigénio.

Mas uma outra consequência dramática destes incêndios florestais é a destruição descontrolada de património arqueológico com a execução das medidas associadas à actividade florestal. Referimo-nos, desde logo, ao corte e arrasto de madeira queimada, à construção ou melhoramento de infraestruturas florestais, como estradões, aceiros e pontos de água e à preparação do terreno para novas plantações, com recurso a lavras profundas e extensivas.

Mas a perda de massa florestal em tão grande extensão vai expor os solos (muitos dos quais já apresentam reduzida espessura) a uma erosão acelerada por efeito hídrico, fenómeno que terá, em muitos casos, repercussões na estabilidade e na integridade de monumentos e sítios arqueológicos.

E deve ter-se presente que a partir dos anos 80 o *boom* das monoculturas florestais contribuiu para a destruição acelerada deste tipo de património, de tal forma que se pode afirmar ser a actividade florestal a primeira causa de destruição de património arqueológico nesta região.

A recente vaga de incêndios florestais pode representar uma última oportunidade de descoberta de novos sítios arqueológicos e de salvaguarda dos que já são conhecidas, perante a iminência de novas destruições associadas ao fomento florestal, cuja concretização se teme seja executado, mais uma vez, de forma "desastrosa" (pela prometida rapidez) nas suas consequências imediatas e futuras.

Neste contexto, deve elogiar-se a rápida iniciativa do Ministério da Cultura (MC) em avaliar os danos da recente vaga de incêndios sobre o património arqueológico e arquitectónico registado nas suas bases de dados.

Incentiva-se a continuação destas diligências, por parte do MC, com uma acção persuasiva junto do Ministério da Agricultura no sentido de serem postas em prática políticas mais amigas do Património nacional, cumprindo-se, desde logo, a legislação aprovada em matéria de política florestal. E, neste domínio, continuam-se a aguardar-se os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) em cujas Comissões Mistas de Acompanhamento têm assento as

organizações de defesa do património, enquanto Organizações Não Governamentais de Ambiente.

Também se pede às autarquias atingidas por este problema que façam uma melhor gestão dos seus recursos patrimoniais pondo em prática procedimentos efectivos e permanentes de salvaguarda do património construído e património arqueológico, ao nível do planeamento, do licenciamento e da promoção cultural.

Problemas identificados e riscos futuros

Caracterizam-se neste capítulo os danos já identificados sobre o património e os riscos decorrentes da evolução da situação na área ardida. Daremos destaque, em primeiro lugar, aos concelhos de Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Idanha-a-Nova, onde se situam diversas áreas recentemente ardidas e que correspondem ao território de pesquisa da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT), nomeadamente através do projecto de investigação ALTEJO / Pré-História Recente na Margem Direita do Alto Tejo Português e, seguidamente, aos concelhos de Oleiros e Fundão.

Neste capítulo também se mencionam diversas iniciativas, em curso, que podem contribuir para a minimização dos riscos subsequentes a estes incêndios.

Ainda não conhecemos a cartografia da totalidade das áreas ardidas nos concelhos supra-citados. Neste momento, a AEAT e a Extensão da Covilhã do Instituto Português de Arqueologia (IPA) estão a fazer o reconhecimento das ocorrências patrimoniais situadas na mancha ardida no concelho de Vila Velha de Ródão.

Concelho de Proença-a-Nova

A AEAT está a elaborar a Carta Arqueológica deste concelho no âmbito do projecto de Investigação ALTEJO, com o apoio do IPA e da respectiva autarquia. Nos relatórios elaborados no âmbito do projecto ALTEJO, já enviados ao IPA e à Câmara Municipal (CM), está disponível um inventário com mais de uma centena de ocorrências de interesse arqueológico. Até ao momento foi prospectada uma pequena percentagem do território deste concelho. Pretende-se dar continuidade a este trabalho se possível ainda este ano e nos próximos anos.

Um dos principais objectivos deste inventário é o reconhecimento da necrópole megalítica identificada por Georg e Vera Leisner nos anos 50 e publicada postumamente em língua alemã⁴. Ainda só foi reconhecida uma ínfima parte dos 90 monumentos ali inventariados.

Também se publicou recentemente (revista Açafa, nº 5, 2002) uma primeira caracterização das estruturas militares (redutos e baterias) existentes na Serra das Talhadas. Os exemplares de maior interesse situam-se em zona de pinhal na área da Ponte do Alvito e da Ponte da Fróia.

⁴ LEISNER, V. & P. KALB (1998) *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, Deutsches Archäologisches Institut, Walter de Gruyter, Berlin, New York, 162p.

CONTRIBUTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO IMPACTE DOS FOGOS FLORESTAIS DE 2003 SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

João Carlos Caninas, Francisco Henriques e Jorge Gouveia

O Plano Director Municipal (PDM) actualmente em vigor integra um escasso número de elementos de natureza arqueológica e não existem imóveis classificados neste concelho. No que concerne ao património arqueológico verificou-se, com base em caso recente, que este instrumento de planeamento não tem efeito preventivo nem controlo adequado.

A cooperação estabelecida entre a AEAT e a CM traduziu-se na selecção de algumas antas e dos fortes da Serra das Talhadas para serem integrados nos roteiros turísticos em elaboração pela autarquia no âmbito do Projecto Aldeias de Xisto.

A AEAT também elaborou um texto base destinado à instrução das propostas de classificação daqueles fortes por parte CM. A AEAT está a elaborar a proposta de classificação de uma rocha gravada, a Pedras das Letras.

Como medida de salvaguarda dos monumentos megalíticos já identificados no concelho, a CM assumiu a tarefa de identificar os respectivos proprietários e de lhes comunicar a obrigatoriedade de não danificarem aqueles monumentos.

Ainda não foi possível avaliar os danos causados nas áreas ardidas em 2003. No entanto, e com base na informação disponível, sabe-se que arderam as áreas envolventes dos fortes da Serra das Talhadas.

Considera-se que os problemas mais graves vão ocorrer num futuro próximo com o corte e arrasto de madeira queimada, com a construção ou melhoramento de infraestruturas florestais, com a erosão dos solos e a reflorestação. As ocorrências mais sensíveis são:

a) Os fortes da Serra das Talhadas. A destruição do pinhal, cujas copas desempenhavam uma função de protecção dos fortes (estrutura em aterro), vai implicar uma degradação mais rápida destes monumentos. O corte de madeira ardida e o replantio destas áreas deve ser acompanhado e ordenado. Em relação a este segundo aspecto sugere-se que novas plantações na área dos fortes e baterias (num área até 50 m de distância do limite das estruturas) sejam objecto de projecto específico que condicione fortemente a mobilização do solo. Por outro lado, recomenda-se que novos plantios sejam efectuados pé-a-pé, interditando, dessa forma, lavras extensivas. Também se recomenda a fiscalização permanente do corte de madeira.

Em complemento desta avaliação deve ver-se o documento-base elaborado pela AEAT para a proposta de classificação destes monumentos. É oportuno acelerar os processos de classificação.

b) Os monumentos megalíticos e outros arqueossítios já identificados pela AEAT. As antas e mamoas situam-se em cumeadas pelo que podem ser afectados, em primeiro lugar, pela abertura de novos caminhos e aceiros ou melhoramento dos já existentes e também devido a novas plantações. No caso de outros sítios arqueológicos chama-se a atenção para o povoado da Cerca do Castelo, embora não esteja situado em área ardida recentemente;

c) Admite-se que possam ocorrer impactes negativos sobre habitats pré-históricos e sobre afloramentos com arte rupestre ainda não identificados, vestígios em relação aos quais existe uma lacuna de conhecimento. O sítio mais significativo conhecido neste concelho é a Pedra das Letras.

Concelho de Vila Velha de Ródão

A AEAT elaborou nos anos 80 (1980 e 1986) os primeiros contributos para a Carta Arqueológica deste concelho. Esses elementos foram integrados, em grande parte, no PDM que está em vigor. Em 2003, no quadro da revisão do PDM, a CM solicitou à AEAT a apresentação de uma proposta de revisão da Carta Arqueológica concelhia com actualização dos dados de campo. Esta missão deverá ser iniciada no ano em curso.

No âmbito do projecto ALTEJO iniciou-se, de parceria com os serviços técnicos da CM, a visita aos principais monumentos megalíticos deste concelho. A CM assumiu a tarefa de identificar os proprietários destes monumentos para ulterior notificação acerca do seu interesse e obrigatoriedade da sua conservação.

Tem-se constatado a afectação de ocorrências patrimoniais inscritas no PDM, o que permite constatar que este instrumento de planeamento não tem efeitos preventivo nem controlo adequado no que concerne à salvaguarda do património arqueológico.

A CM tem executado, desde há vários anos, uma medida de minimização do impacte de projectos florestais sobre o património arqueológico que consiste no envio dos pedidos de florestação à AEAT para parecer quanto à sensibilidade das respectivas áreas. Apesar desta medida, têm-se verificado diversas destruições como são os casos da Mina Romana da Cova da Moura (plantação industrial detida por empresa do sector) e das Ruínas das Minas do Indaganais (sítio de interesse arqueológico mineiro e industrial).

A AEAT tem em preparação um roteiro do património arqueológico do território de Fratel que abrange a área ardida em 2003. Também foi elaborado, de parceria com a Federação Portuguesa de Campismo e a CM, um roteiro de visita às estruturas militares (baterias) da Serra das Talhadas que inclui a sinalização e a manutenção da limpeza do terreno na áreas destas estruturas e respectivos acessos.

Estão em curso os Projectos VAMBA e AÇAFA que têm como parceiros a CM, a AEAT e diversos organismos públicos. Incidem num conjunto classificado (castelo e capela das Portas de Ródão) situado em ambiente florestal. Os incêndios de 2003 não afectaram esta área.

Os fogos que lavraram a leste da Serra das Talhadas, nas freguesias de Fratel e de Vila Velha de Ródão, não causaram danos significativos sobre imóveis classificados (túmulo junto à capela de Santo Amaro), sobre elementos construídos, ou sobre ocorrências arqueológicas.

Considera-se que os problemas mais graves vão ocorrer num futuro próximo com a instalação de novas infraestruturas florestais ou o melhoramento das já existentes, com o corte de madeira e conseqüente arrasto de toros, com a erosão dos solos descobertos pelo incêndios e, principalmente, com a preparação do solo para novas plantações.

A situação mais crítica corresponde aos sítios arqueológicos localizados nas Charnecas de Fratel, de Vilar de Boi-Peroleto, de Janome e no Cabeço da Velha. Trata-se de extensas plataformas detriticas, areno-argilosas, onde existem vestígios de *habitat* disperso (do Paleolítico Médio ao Neolítico Final) e concentrado (Calcolítico) já comprovado por escavações efectuadas no final dos anos 80 com financiamentos obtidos pela AEAT.

CONTRIBUTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO IMPACTE DOS FOGOS FLORESTAIS DE 2003 SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

João Carlos Caninas, Francisco Henriques e Jorge Gouveia

São os casos:

- do sítio neolítico do Cabeço da Velha, escavado por João Luis Cardoso, Carlos Tavares da Silva, João Caninas e Francisco Henriques e com resultados publicados (Trabalhos de Arqueologia da EAM, 3/4, 1998);
- do povoado neo-calcolítico da Charneca de Fratel escavado por Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva, Francisco Henriques e João Caninas e cujos resultados permanecem inéditos⁵.

A complexidade deste tipo de sítios decorre dos seguintes aspectos: a) é muito extensa a área de interesse arqueológico, grande parte da qual se conservou até hoje sem revolvimentos profundos do solo; b) os registos arqueológicos situam-se a escassa profundidade; c) existe um *deficit* de investigação arqueológica destes sítios arqueológicos; d) a área ardida é também muito extensa e ficará sujeita, quase em simultâneo, a novas agressões antrópicas (lavras).

Enumeram-se seguidamente as principais situações de risco relativas à região atingida por incêndio florestal:

a) Os habitats pré-históricos das Charnecas de Fratel, de Vilar de Boi-Peroledo, de Janome e no Cabeço da Velha. Este é o caso mais crítico pelas razões já expostas e porque aquelas extensas áreas ficarão sujeitas, em simultâneo, a novas agressões antrópicas associadas à instalação de novas plantações ou outros usos;

b) A mina da Cova da Moura. Uma parte da área mineira está abrangida por uma plantação de eucaliptos de fins industriais. A plantação existente e a abertura de caminhos e aceiros destruíram uma parte deste sítio apesar de estar incluído no PDM. Decorrem negociações com a Aliança Florestal no sentido de financiar a minimização dos impactes naquele sítio, depois de uma aceitação de princípio manifestada em reunião havida em 2002 por iniciativa do IPA. O replantio desta zona deve ser fortemente condicionado face às destruições anteriormente provocadas.

c) O Castelejo de Gardete. O único relevo granítico dos concelhos ofereceu alguns materiais cerâmicos pré-históricos na sequência das feridas abertas pela instalação de uma antena de telecomunicações. A densa cobertura vegetal, arbórea e arbustiva, que envolvia este relevo impediu o reconhecimento de estruturas compatíveis com um povoado fortificado como o topónimo sugere. O replantio deste relevo deve ser fortemente condicionado ao estudo prévio do sítio, cujo interesse é acentuado pela raridade de vestígios de povoamento atribuíveis à Idade do Bronze, neste concelho, e pela possibilidade de estar directamente relacionado com o núcleo de arte rupestre de Gardete onde são evidentes gravações atribuíveis à Idade do Bronze (Final), os podomorfos.

d) Os monumentos megalíticos (mamoas e antas). As antas e mamoas situam-se em cumeadas, em cabeços xistosos e nos rebordos de charnecas pelo que podem ser afectados pelas várias acções já identificadas e em particular pela abertura de novos caminhos e aceiros ou

⁵ Exceptua-se uma pequena notícia publicada no boletim informativo da AEAT: SOARES, Joaquina (1988) **O povoado da Charneca de Fratel e o Neolítico Final / Calcolítico da Região Ródão / Nisa – Notícia Preliminar**, Alto Tejo, 2, Núcleo Regional de Investigação Arqueológica.

alargamento dos já existentes (caso da anta do cabeço d' Ante). Com as boas condições de visibilidade do solo proporcionadas pelo fogo, convirá confirmar no terreno quais os monumentos que sobreviveram aos plantios efectuados desde os anos 80;

e) Outras ocorrências de natureza arqueológica. O reconhecimento da área ardida permitirá identificar potenciais impactes sobre outros sítios arqueológicos.

Não se consideram significativos os riscos de destruição de rochas gravadas já identificadas na área planáltica como é o caso da rocha com covinhas do ribeiro da Malaguarda.

O risco de incêndios futuros nas proximidades do conjunto classificado das Portas de Ródão impõe a adopção de medida de prevenção com seja a criação de áreas de segurança mínima na envolvente destes imóveis com corte da cobertura arbustiva e a redução da densidade da mancha arbórea.

Concelho de Castelo Branco

A área do concelho situada abaixo do paralelo de Castelo Branco, nomeadamente nas freguesias de Malpica e de Monforte, na envolvente do Ponsul e na zona de Sarzedas interessa ao projecto de investigação ALTEJO. No entanto, os trabalhos de prospecção neste concelho estão muito incompletos.

A zona de Sarzedas, recentemente ardida, merece particular atenção pelo facto de ainda poder conter exemplares de monumentos megalíticos, já mencionados por Proença Jr, e de habitats pré-históricos nas áreas cobertas por depósitos areno-argilosos.

Alguns membros desta associação participaram, a título profissional e no âmbito de outra instituição, na caracterização arqueológica dos Parques Eólicos da Gardunha (serras de xisto situadas na fronteira entre os concelhos de Castelo Branco e Fundão; Moeda, Maunça, Cabeço Alto, Portela da Moreira) onde foram identificadas algumas ocorrências de interesse, embora se admita a possibilidade de já terem sido destruídos vestígios de natureza arqueológica em consequência da forte incidência da actividade florestal (surribas, aceiros e estradões ao longo da cumeada) anterior a esta vaga de incêndios.

Concelho de Idanha-a-Nova

A parte Sul do Concelho de Idanha-a-Nova (freguesias de Rosmaninhal e partes de freguesias vizinhas como Segura, Zebreira e Ladoeiro) tem sido prospectada pela AEAT, de forma continuada desde o final dos anos 80, dispondo-se hoje de um inventário arqueológico relativamente completo, através da publicação da Carta Arqueológica do Tejo Internacional (1993) e dos relatórios elaborados no âmbito do Projecto ALTEJO.

Estas áreas não foram, aparentemente, atingida pela última vaga de incêndios.

Concelho de Oleiros

Alguns membros desta associação participaram, a título profissional e no âmbito de outra instituição, na prospecção dos Parques Eólicos do Pinhal Interior (Bravo-Covões, Alvêlos, Mata do Álvaro, Seladolinho, Furnas, Moradal, Mougueiras, Casinhas, Corgas, Espadana, Fatelo)

onde se identificaram diversas ocorrências de interesse arqueológico tanto na área de estudo daqueles parques como nos corredores das interligações eléctricas.

Merecem referência diversas sepulturas pré-históricas sob montículo artificial (mamoas), identificadas pela primeira vez neste concelho. De facto, a toponímia e alguns achados antigos indiciavam a existência de monumentos deste tipo ou povoamento coevo. É o caso do topónimo Lomba das Antas. No entanto, este local foi visitado não se tendo encontrado sepulturas megalíticas, talvez já destruídas pelas plantações ali instaladas.

Na parte ocidental do Cabeço Rainha foram identificadas diversas gravuras rupestres em área ardida há alguns anos e também muito afectada por lavras profundas do solo. A caracterização destes achados (arte rupestre e mamoas) está a ser desenvolvida em texto para publicação.

Naquelas áreas merecem realce dois outros tipos de vestígios arqueológicos, as vias medievais-modernas com trilhos e um conjunto de baterias localizadas ao longo da Serra do Moradal (v. revista Açaфа, 5, 2002), contemporâneas das invasões francesas, que são mencionadas em relatórios militares. Fez-se uma tentativa de localizar, sem êxito, algumas dessas estruturas.

As mamoas da Serra dos Alvélos (Alto do Cavalo e Póvoa), a mamoa da Serra das Mougueiras, as vias com trilhos e as baterias da Serra do Moradal correm risco de destruição na sequência dos últimos incêndios. A situação não é crítica no que respeita às gravuras rupestres já mencionadas, por se situarem em área já ardida.

Num dos parques eólicos do Pinhal Interior (Moradal) existe um castro proto-histórico, mais precisamente no Picoto, no extremo SE da Serra do Moradal, área que não foi atingida, aparentemente, pelos últimos incêndios.

Concelho de Fundão

Tal como referido anteriormente, alguns membros desta associação participaram, a título profissional e no âmbito de outra instituição, na caracterização arqueológica dos Parques Eólicos da Gardunha (serras de xisto situadas na fronteira entre os concelhos de Castelo Branco e Fundão; Moeda, Maunça, Cabeço Alto, Portela da Moreira) onde foram identificadas algumas ocorrências de interesse, nomeadamente rochas gravadas ou vestígios de painéis gravados em Boxinos e no Alto do Açor.

Admita-se a possibilidade de terem sido destruídos vestígios de natureza arqueológica devido à forte incidência da actividade florestal (surribas, aceiros e estradões ao longo da cumeada), em momentos anteriores a esta vaga de incêndios.

Medidas recomendadas

Em áreas do Pinhal Interior como as serras dos concelhos de Oleiros e as do sistema montanhoso da Gardunha constata-se uma lacuna de informação decorrente da escassa atenção dedicada a estas áreas pela investigação arqueológica. Por outro lado, é provável que a actividade florestal das últimas décadas, com a instalação de uma extensa rede de caminhos,

em particular ao longo de cumeadas, de aceiros e as próprias plantações tenham contribuído para a destruição de diversos vestígios arqueológicos.

Porém, noutras regiões, como por exemplo nos concelhos de Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova, a existência de inventários arqueológicos disponíveis junto de entidades públicas e inclusivamente vertidos em instrumentos de planeamento não impediu a destruição de outros tantos sítios arqueológicos.

Este facto decorre, em primeiro lugar, da ausência de entidades ou estruturas (privadas ou autárquicas) vocacionadas para uma acção permanente de salvaguarda do património, nomeadamente, com efeito preventivo ao nível do licenciamento. Entidades como a AEAT não têm conseguido garantir meios para desempenhar essa função, que ainda hoje é vista como sendo do foro público.

O desconhecimento, também por omissão, pode ser invocado como a causa principal de destruição do património construído desta região, numa época em que este património começa a ser considerado uma mais valia em termos de identidade e de promoção cultural e turística dos respectivos municípios (veja-se a esse propósito a eleição da arte rupestre do Tejo como tema da última feira de actividades económicas transfronteiriças em Vila Velha de Ródão).

Neste âmbito indicam-se algumas medidas gerais que consideramos de aplicação relevante para minimizar o impacte negativo da actividade florestal sobre o património construído e em especial sobre o património arqueológico. Consideram-se prioritárias e relevantes, no que concerne ao papel a desempenhar por arqueólogos e entidades do sector, as quatro primeiras medidas enunciadas

Prospecção extensiva de áreas ardidadas

As áreas ardidadas devem ser objecto de prospecção sistemática e/ou dirigida antes da implantação de novos usos. A combustão do coberto arbustivo vai proporcionar após as primeiras chuvas uma boa visibilidade dos solos nas áreas em apreço e uma oportunidade única de reconhecer esse tipo de vestígios de forma muito eficaz. Por outro lado, esta prospecção vai permitir prevenir novas destruições e gerar informação útil sobre a história antiga de diversos municípios.

Uma prospecção prévia de toda a área poderá comportar custos menores do que trabalhos do mesmo tipo efectuados caso-a-caso. Algumas das áreas ardidadas estão abrangidas na zona de investigação do projecto ALTEJO, pelo que se manifesta interesse em executar essa missão no âmbito das actividades da AEAT.

Apreciação de propostas de florestação

Deve ser generalizada pelos municípios a prática de submeter à apreciação de arqueólogos (modalidade a definir caso-a-caso: através da extensão do IPA, da contratação de arqueólogos ou da prestação de serviços de arqueólogos externos) os projectos de florestação com licenciamento municipal, tal como já ocorre em Vila velha de Ródão.

Acompanhamento arqueológico de plantações

As plantações que abarquem áreas sensíveis ou ocorrências de interesse arqueológico devem ter acompanhamento arqueológico no decurso da execução das infraestruturas e da preparação do terreno. Já na fase de corte de madeira deveria considerar-se a participação de arqueólogos ou pelo menos de entidades fiscalizadoras (municipais) devidamente orientadas.

Procedimentos de gestão municipal do património

É indispensável que as autarquias adoptem procedimentos efectivos e regulares de salvaguarda do património construído e património arqueológico através da actualização de inventários, georeferenciados, e na sua utilização tanto no planeamento como em todas as fases do licenciamento de obras e seu acompanhamento. São várias as modalidades de concretização desses objectivos, nomeadamente através da contratação de arqueólogo(s) ou o estabelecimento de protocolos de prestação de serviços com entidades externas.

Neste âmbito considera-se prioritária e de capital importância a identificação dos proprietários de terrenos com sítios arqueológicos e a sua notificação quanto à obrigação de não degradarem o estado de conservação desses bens culturais.

Por outro lado, as autarquias têm a capacidade de declarar o interesse municipal de imóveis patrimoniais prevenindo, dessa forma, os danos que possam ocorrer no decurso dos morosos processos de classificação de imóveis por parte da administração central.

Perante as dramáticas consequências destes incêndios, oferece-se no curto e médio prazo a última oportunidade de salvar o que resta do património arqueológico dos municípios atingidos.

Actualização de inventários arqueológicas

Deve ser acelerado o fornecimento ao IPA de inventários arqueológicos, georeferenciados, na posse de arqueólogos e de entidades com projectos de investigação em curso.

Incremento da elaboração de roteiros e sinalização de sítios

Considera-se que a elaboração e divulgação de roteiros de visita pode contribuir para a salvaguarda de monumentos e sítios arqueológicos. O estabelecimento de contactos com os proprietários decorrente da necessidade de execução desses projectos, com a autorização dos mesmos, e a sinalização dos sítios pode garantir a eliminação do desconhecimento como factor de destruição.

Por outro lado deve reconhecer-se que o aumento da carga humana sobre esses sítios também pode comportar riscos (pisoteio, vandalismo) que devem ser prevenidos.

Áreas de segurança a imóveis

A experiência dos últimos incêndios, com a destruição, inaceitável, de habitações em aglomerados populacionais e até em vilas, recomenda que também se consolidem áreas de segurança contra a propagação do fogo na envolvente de imóveis classificados, ou de outros

imóveis de manifesto interesse arquitectónico, através do corte regular do coberto arbustivo e do afastamento e redução da densidade das árvores de copa.

Práticas florestais

O revolvimento do solo em áreas contínuas, antes da instalação de novas plantas, além de medida inútil é reconhecido como factor de aceleração da perda de solo. A experiência nacional em matéria de aplicação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação recomenda a redução da área revolvida e armada às fileiras de plantas. O conhecimento desta experiência deve ser aprofundado de parceria com os serviços do Ministério da Agricultura e levado à prática.

Entendemos que nas áreas recentemente ardidadas a instalação de novas plantações se deveria reduzir à plantação pé-a-pé como medida geral de conservação do solo e de redução de custos em horas de máquina, embora se reconheça que essa medida irá reduzir drasticamente o negócio dos empreiteiros florestais e dos proprietários e vendedores de maquinaria pesada. Em tempos de crise não nos devemos dar ao luxo de esbanjar financiamentos em trabalhos inúteis, como estes, nos seus resultados práticos e prejudiciais em termos de conservação do solo.

Política florestal

A administração central deve dar execução aos instrumentos de política florestal consignados na Lei, nomeadamente a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e a adopção de manuais de boas práticas que não ignorem o património arqueológico, dando cumprimento às medidas consignadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa.

O licenciamento de projectos por parte da Administração Central deverá ser mais responsável no que concerne à identificação de condicionantes patrimoniais, arqueológicas e arquitectónicas, com base na informação actualmente disponível (bases de dados do IPA, IPPAR e DGEMN) sobre a sua localização.

Considera-se relevante que as autarquias afectadas adoptem Planos Municipais de Ordenamento Florestal que impeçam a repetição de vastos incêndios devido aos problemas estruturais há muito identificados, ao nível do ordenamento florestal.

Financiamento

São diversificadas as possibilidades de concretização das medidas indicadas. Entendemos que o Ministério de tutela da Política Florestal deveria assumir uma quota-parte de responsabilidade, na resolução dos problemas que a evolução da situação presente vai implicar. Essa responsabilização deveria traduzir-se no financiamento directo de algumas das medidas atrás mencionadas e também na adopção de condicionantes patrimoniais na execução de medidas de instrumentos de política florestal e na aprovação de futuros projectos independentemente da sua dimensão e enquadramento legal.

Defende-se, por outro lado, a consagração de uma rubrica relativa a trabalhos arqueológicos nos projectos com financiamento comunitário. E projectos com áreas superiores a 10 hectares e

CONTRIBUTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO IMPACTE DOS FOGOS FLORESTAIS DE 2003 SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

João Carlos Caninas, Francisco Henriques e Jorge Gouveia

financiamento exclusivamente privado também deveriam estar obrigados à execução de uma medida de minimização de impactes sobre o património arqueológico.

Os municípios são parte interessada directamente na resolução deste problema. Julga-se pertinente incrementar a elaboração de projectos de valorização turístico-didáctica, com financiamento comunitário, baseados neste tipo de património.